

Desemprego é ponte para a criminalidade

Baixa escolaridade é outro problema que prejudica os jovens

Da Reportagem

Dois dos principais problemas que levam os jovens para a criminalidade são o desemprego e baixa escolaridade. Essa conclusão faz parte de um estudo, promovido pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), elaborado a partir de uma amostra de 5,4 mil presidiários paulistas, extraída do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ainda de acordo com a pesquisa — que fez comparações entre os presos e a população adulta livre do Estado — de forma geral, a maioria dos presos paulistas é formada por homens (97,7%), com idade entre 20 e 29 anos (54,5%), com nível escolar fundamental incompleto (78%) e solteiro (80,6%).

Para especialistas em Sociologia e em Políticas Sociais, esse perfil reflete que, na realidade, não é o desemprego que leva o jovem ao crime — já que o termo pressupõe a perda de um emprego — e sim a falta de acesso e oportunidade do adolescente ao mercado de trabalho.

“Sem dúvida que um jovem que não tem chance de se colocar no mercado, exatamente por falta de instrução, educação e capacitação, tem grandes possibilidades de cair no mundo do crime”, explicou o sociólogo Cláudio José dos Santos, que é professor universitário e pró-reitor comunitário da Universidade Católica de Santos (UniSantos).

Para ele, o que piora muito esse quadro é a falta de perspectiva e de metas para um futuro. “Outros dados no Brasil mostram que um milhão de jovens por ano nunca trabalhou. Isso é um absurdo”, emendou Santos, que defende a educação integral e precoce para as crianças.

“Isso porque é preciso ponderar sobre a colocação precoce de adolescentes e jovens em um mercado de trabalho ainda ocupado por mão-de-obra mais velha, impossibilitada de se aposentar para não morrer de fome”.

Já o delegado Everardo Tanganelli Júnior, diretor do Departamento de Polícia Judiciária do Interior-6 (Deinter-6), defende até uma mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que restringe o trabalho para menores de 14 anos e limita para os que têm entre 14 a 16.

“O Estado deve ficar atento a isso, porque jovem desocupado sempre corre o risco de seguir facilmente para o crime”, observou Tanganelli. Para ele, é claro que o estudo é importante, “mas se o jovem não pode ficar o dia inteiro em uma escola, em período integral, ele poderia começar a atuar como aprendiz em empresas, por exemplo, visando já adquirir uma capacitação e uma perspectiva de profissão”.

Parceria

Para isso, entretanto, o delegado acha ser importante existir uma parceria com o Estado, por exemplo, para que haja uma contrapartida para essas empresas. “Sabemos que ninguém faz nada de graça. Acho que incentivos, como isenções fiscais, por exemplo, podem ser uma boa alternativa de contrapartida”.

Tanganelli disse ainda que é cada vez mais cedo o jovem está entrando para o mundo do crime. “Hoje, crianças a partir de 5 anos já têm muito acesso a informações, por meio da TV ou mesmo da internet. Só que é muita informação difusa. Falta um foco e modelos sociais a serem seguidos, que deveriam nascer tanto na família — hoje muito desagregada, em sua maioria — quanto na escola”.

A socióloga e professora universitária Edna Gobetti Vieira Coelho, também da UniSantos, levantou outra preocupação: a qualidade do que se ensina nas escolas. “Qual a função da escola hoje, afinal?”, questiona a especialista, que trabalha há cerca de 20 anos com jovens universitários das áreas de Comunicação e Pedagogia.

Para ela, deve-se questionar o conceito de trabalho, de empregado e de empregador. “A partir de constatações, como a feita pela FGV, fico pensando em qual será o perfil das próximas gerações; que não têm modelos sociais, não têm oportunidades; não têm perspectivas e estão sob constante influência negativa do crime”, finaliza Edna.

Estudo mapeia preferência religiosa de detentos

O levantamento do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontou ainda outras características no perfil dos presos, em comparação com a população do mesmo sexo e da mesma faixa etária do Estado. Entre elas, os valores religiosos, o estado civil e a raça.

De acordo com o estudo, 48,7% dos presidiários são católicos e 11,7% são evangélicos. Fazendo-se uma comparação com a população adulta do Estado, 71,7% são católicos e 16,2% são evangélicos. O que chamou a atenção dos pesquisadores foi, nesse caso, a adesão para outras crenças religiosas que não as católicas, espíritas, evangélicas ou afro-brasileiras: 26,63% dos pre-

sos relataram possuir uma crença alternativa (não-definida). Além disso, 11,7% disseram não ter nenhuma religião.



Quanto à natureza da última união civil dos presos, 80,6% são solteiros, enquanto na po-

pulação adulta do Estado é de 23,4%. Ou seja, existem quase 3,5 vezes mais solteiros nos presídios de São Paulo. No quesito raça, os negros e pardos representam 35,8% da população carcerária contra 26,3% do Estado.

Gravidez

O estudo apontou ainda que a contrapartida feminina, dessa predisposição de jovens homens solteiros para as atividades criminosas, é a grande incidência de gravidez precoce, que subiu de 7,97% para 9,1% entre 1980 e 2000. Porém, a taxa de fecundidade para todos os grupos etários caiu nesse período de 4,4 filhos para 2,3 filhos por mulher no Estado.

Alberto Marques-2/7/05



Edna Gobetti: questões futuras



Everardo Tanguanelli: aprendiz

Paulo Freitas-1/3/06



Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi elaborada a partir de dados de 5,4 mil presos paulistas